

A Cidade e suas Normas para o Destino dos Restos: racionalidade e contradição

Ana Mágnã Silva Couto - Doutoranda em História Social pela PUC/SP,

Perseguindo suas diferentes trajetórias, observamos que os restos muito revelam sobre a organização dos espaços e da vida na cidade. Como nos lembra Roncayolo, *“por trás dos objectos urbanos e da sua disposição, tenta-se reencontrar a actuação da sociedade que os constrói, os utiliza ou os interpreta. Por trás das distribuições, o jogo de relações e as alterações das quais elas são apenas a expressão passiva”*.¹

Numa perspectiva da “cidade como prática social”, interessa discutir como determinados projetos e políticas públicas traduzem ambições, desejos e projeções em torno de um ideal de cidade. Ao mesmo tempo, de que maneira tais projetos conflituam-se com outros modos de habitar existentes no urbano.

No universo de algumas reflexões sobre o destino do lixo em Uberlândia-MG, deparamos com vários tipos de lixo, e, por assim dizer, com distintas noções sobre ele, que se manifestam de diferentes formas nas relações vividas. Nelas, os restos aparecem como sinônimo de sujeira, estorvo e incômodo, mas também tornam-se alvo de projetos empresariais, políticas públicas, fonte de trabalho e sobrevivência.

Deste modo, alguns restos são chamados de lixo, ao passo que outros não. É na própria dinâmica da vida na cidade que conseguimos apreender o significado das relações em que o lixo passa a ser visto como material descartável, ou denominado como entulho, em se tratando dos restos da construção civil. Essa diversidade que o envolve coloca-nos uma indagação fundamental: no processo de crescimento e urbanização de Uberlândia: que feições o lixo assume para diferentes sujeitos? Tratam-se de articulações sociais que desvelam um emaranhado de contradições, envolvendo discursos pretensamente técnicos e científicos, e no que tange à coerência, muitas vezes, esvaziados e ambíguos.

Podemos dizer que, historicamente, os problemas em torno do lixo envolvem intensas reivindicações, projetos, disputas e conflitos. Como administrar o lixo da cidade? Nos

últimos tempos, esta questão começa a trazer grandes dificuldades ao poder público, definindo a necessidade de ampliar a prestação de serviços de limpeza pública à população.

Diante das dificuldades que a problemática do lixo começa a impor, as soluções que se encontram para dar um destino aos restos que a cidade produz, contribuem para evidenciar importantes aspectos da vida urbana, como determinados hábitos da população e a ineficácia de uma legislação, que, por vezes, é descumprida até mesmo pelos órgãos públicos. Além disso, tais alternativas articulam-se, ainda, à constituição/institucionalização dos lugares de lixo na cidade. Ao percorrer uma cartografia desenhada pelos restos, tomamos consciência das hierarquias e contradições sociais na vida urbana, que eles contribuem para desnudar.

Por certo, a responsabilidade legal pelo gerenciamento do lixo cabe à prefeitura. No entanto, essa problemática na cidade ultrapassa, e muito, a esfera dos serviços de limpeza pública. As condições e a extensão dos serviços municipais revelam carências e falta de estrutura para lidar com a questão da coleta, transporte e destino final do lixo. Ao mesmo tempo, demonstram o surgimento de novos e variados projetos, apontados como solução.

Nesse cenário, ainda há os conflitos com a população; se, por um lado, muitos depositam lixo nos terrenos baldios, outros reclamam das ruas sujas, da coleta deficiente e dos lixões que são vistos como comprometedores da higiene e da saúde pública. A análise do lixo evidencia em que dimensões esses problemas vêm sendo enfrentados no processo de urbanização, ou seja, suas influências na organização da vida na cidade.

Todavia, neste espaço, vamos eleger a discussão acerca de um tipo específico de lixo: os restos da construção civil – denominados de entulho, que, vieram assumindo expressiva visibilidade na imprensa local, e que podem nos auxiliar a elucidar modos de destino, os problemas que provocam e que implicações isso traz para a vida urbana. Como se gerencia, onde se desemboca, quais os conflitos e disputas intrínsecos aos projetos que ambicionam dar conta desses restos na cidade? Em meio a esse processo, articulam-se e tensionam interesses de distintos setores da população: empresas, moradores, e trabalhadores que sobrevivem da exploração dos restos.

Uma característica de Uberlândia, bem como de outras cidades, é o fato de que, as iniciativas do poder público, com o intuito de solucionar o problema do lixo, nem sempre se revelaram eficazes, sobretudo, no que se refere aos bairros da periferia. Por vezes, esses espaços foram considerados apropriados para descartar os restos dos quais a cidade queria se ver livre; daí eles serem destinados aos lugares mais distantes, ainda que próximos aos moradores dessas localidades. Aspectos que são evidenciados nas reclamações dos moradores sobre o problema do lixo nos bairros mais longínquos. O que serve para mostrar ainda, as articulações existentes entre as reclamações e as iniciativas da administração pública. As queixas da população, cada vez mais freqüentes nas colunas dos jornais, a partir de meados da década de 1980, certamente influenciaram nas alternativas que as administrações locais buscaram encontrar para o problema.

Além dos periódicos, outros documentos analisados: Atas da Câmara, Relatórios de Prefeito e de Secretarias, deixam entrever uma cidade em que os restos começavam a engendrar vários conflitos. As alternativas propostas para lidar com isso nem sempre se mostravam como as soluções mais adequadas.

Na história do lixo na cidade, os restos de atividades da construção civil não eram levados ao aterro sanitário, que, durante muitos anos recebiam todo tipo de lixo, enterrado sem critério algum de separação. Determinadas transformações na cidade apontam para a crescente produção desses refugos e as conseqüências disso para a vida urbana. Os primeiros indícios de que esses restos começavam a destoar em certos espaços, podem ser vislumbrados em um ofício do vereador Marcelino Tavares Mamede, que, em 1981, solicitava ao prefeito:

enérgicas providências, junto ao órgão responsável pela fiscalização das ruas de nossa cidade, principalmente nas vias do centro, como é o caso da Av. João Naves de Ávila, onde, num total desrespeito à fiscalização, sua pista central está sendo utilizada como verdadeiro depósito de (...) material de construção por parte de seus próprios moradores, fato que prejudica aos demais moradores.ii

Retratando alguns aspectos do viver urbano, esse documento faz alusão pontual a certos locais da cidade e ao modo como eram apropriados por alguns moradores. Deixa entrever a dificuldade dos órgãos de fiscalização em controlar o despejo dos restos de construção em vias públicas, neste caso, nas proximidades da Avenida João Naves de Ávila, um importante ponto da região central.

Além disso, a construção de edifícios, residências e conjuntos habitacionais, nas imediações, provocou uma expansão daquele setor da cidade (Leste) e, certamente, contribuiu para o aumento dos restos de materiais de construção despejados sem muito critério, o que torna compreensível o fato de que o texto refere-se à Avenida João Naves de Ávila como um “verdadeiro depósito”. Segundo o vereador, a presença desses restos comprometiam a expectativa dos “demais moradores”, de que as ruas do centro da cidade deveriam estar limpas e desimpedidas.

Assim, no início dos anos de 1980, a cidade já se via diante do problema do acúmulo de restos de materiais de construção nos terrenos baldios, um indicativo de que a forma como eram destinados, deixa entrever certos aspectos do comportamento da população. Em 1983, o Secretário de Serviços Urbanos declarou que a prefeitura tinha muitas dificuldades em controlar a situação, pois faltavam, inclusive, argumentos legais para evitar que as pessoas despejassem esses refugos em lotes vagos. Existia uma profusão de terrenos nessas condições em diversos setores de Uberlândia. A administração poderia exigir que os proprietários os cercassem, porém, freqüentemente, nem isso era feito, o que tornava mais fácil para alguns moradores despejá-los nos terrenos baldios, uma vez que a legislação existente, ainda de 1967, não considerava como “infração alguém jogar lixo em áreas privadas”.

Deste texto, podemos inferir como o problema do entulho já era comum em certos lugares da cidade. Nos jornais, o costume de despejar esses restos nos terrenos baldios era denominado como um “mau hábito” de certos moradores, muito prejudicial à saúde da vizinhança. Com isso, vemos esses veículos de comunicação não apenas tecerem um juízo de valor sobre os hábitos dos moradores, como pretendendo sugerir atitudes consideradas

mais adequadas. De todo modo, as várias campanhas educativas e os programas de limpeza, desenvolvidos ao longo do período em estudo, revelam como esses restos vinham tornando-se um problema de (para a) administração pública.

Observa-se, então, que a Prefeitura buscava estabelecer um controle sobre as atividades dos moradores no que refere ao despejo de entulho. Nas colunas do jornal O Triângulo, nota-se a visibilidade que o problema ganhava a cada ano. As notícias e reclamações o apontam em diversas localidades, evidenciando o crescimento desordenado da cidade. Os bairros mencionados com maior frequência eram, quase sempre, aqueles mais distantes da região central, cuja infra-estrutura retratavam carência e descaso.

Mas, ao mapear essas localidades, deparamos com o fato de que o entulho não era uma prerrogativa apenas da periferia. Ao contrário, também podia ser encontrado em ruas e bairros mais próximos ao centro. Nesses lugares, sua presença era encarada com menor tolerância. Na verdade, o entulho era visto como um fator de sujeira, que comprometia a limpeza e o fluxo de passagem na cidade. Nas constantes notícias acerca desse problema, percebemos que os jornais, quando o identificam e o localizam, percorrem uma certa geografia da cidade; atitude na qual transparece também uma certa idealização do viver urbano, que se traduz na sugestão de comportamentos considerados mais apropriados.

Dentre outros aspectos, vale notar como, inicialmente, a própria definição de entulho era bastante ampla, incluindo tudo que parecia ser considerado inútil. Isso revela uma noção e uma percepção do problema muito própria daquele contexto. Tempos depois, já na década de 1990, via-se como um inconveniente transtorno, as pessoas jogarem outros tipos de lixo junto ao entulho. Ainda assim, é possível observar, por meio da imprensa, como esses restos tornaram-se alvo de inúmeras políticas públicas.

Quem não tem em casa ou no quintal um monte de lixo ou entulhos, ou mesmo coisas inúteis que vão se acumulando, e não encontra um tempo para livrar-se delas? Em Uberlândia, especialmente nos bairros periféricos e conjuntos habitacionais, onde as construções e reformas são constantes, é grande a quantidade de entulhos nos quintais. E foi justamente com o objetivo de livrar os moradores destes incômodos inquilinos, que

a Divisão de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, elaborou e está executando o “mutirão de limpeza” nos bairros.ⁱⁱⁱ

Com esse projeto, instituiu-se a coleta de entulho nos bairros. A idéia de reservar espaços específicos para o depósito desses materiais trouxe implicações interessantes. Se os moradores, ao construírem ou reformarem suas casas, jogavam restos de construções em terrenos vagos, então, era preciso normatizar esta prática. Não se pode deixar de observar aqui como o jornal O Triângulo parece constituir um aliado do poder público nessa tarefa. Um interessante aspecto do olhar desse periódico sobre a questão do entulho é que, ao noticiar sobre as atividades da prefeitura, parece valorizar a idéia de uma cidade limpa e urbanizada, ao enfatizar que o cuidado com a limpeza assegurava à população “bem-estar e segurança”.^{iv} Ao associar noções dessa natureza, o jornal reforçava certos valores em torno da idéia de limpeza e urbanização como sinônimo de melhoria e de progresso. Nesta tentativa de educar a população, alertava que o cuidado com o lixo evitaria riscos à saúde e colaboraria “para a preservação do meio ambiente”, o que deixa entrever uma outra construção simbólica do jornal, delineando-se aí uma referência de cidadania.^v

Entretanto, conforme os jornais noticiavam, o entulho continuava sendo um problema em “diferentes pontos da cidade”, afetando não somente as áreas periféricas, mas, sim, toda a cidade.^{vi} Apesar das normas estabelecidas, da fiscalização e das campanhas educativas, não houve muitas mudanças e a prática de despejar esses restos nos terrenos baldios, manteve-se, revelando um distanciamento entre as normas e a realidade cotidiana, como se fosse outra cidade que pudesse ser vislumbrada por trás do aspecto formal, político e institucional da legislação que pretendia regulamentá-la. Espelha-se aqui, a ambigüidade entre a cidade fruto de um imaginário impregnado por noções de ordem, harmonia e limpeza, e a cidade real, que se institui com a prática cotidiana de seus habitantes, suas contradições e conflitos.

Ressaltamos que, para lidar com a questão do entulho, historicamente, a cidade formula diversas alternativas, dentre elas, os Programas como “Mutirão de limpeza”, “Bairro

Limpo”, as campanhas educativas, os depósitos de entulho de 1988, que, uma década depois, transformar-se-iam nas “Centrais de Entulho”, ou então, já nos anos de 1990, campanhas como “Uberlândia mais limpa” e programas semelhantes ao “Disk Cidade Limpa”, cujo objetivo era receber reclamações, denúncias e sugestões da população; todos eles consistiram em políticas públicas tentando amenizar o acúmulo de entulho em diversos lugares da cidade. Sem dúvida foram medidas que trouxeram retorno político às administrações que as implementaram. Do ponto de vista dos problemas que se propuseram a resolver, revelaram-se bastante ineficientes, mas, nesse mesmo processo, serviram para demonstrar de que modo essa questão foi sendo assumida na cidade. Sem deixar de revelar, também, sensíveis mudanças na natureza da concepção do poder público, ao longo dos anos de 1980 a 1998, em relação ao problema do lixo.

Assim, avaliamos que a existência ou não do entulho em certos lugares da cidade não é de modo algum uma questão aleatória. Ao contrário, pois os jornais não indicam a existência de depósitos de entulho, por exemplo, no Cidade Jardim, que, em 1991, aparece no jornal O Triângulo como um “bairro campeão” na produção desses restos, justamente por ser este um local privilegiado na cidade, ocupado por uma classe média alta e cujos terrenos são muito valorizados no mercado imobiliário. Por isso mesmo, podemos afirmar que a localização dos depósitos de entulho nos bairros revela uma certa hierarquia social que organiza os espaços e a vida na cidade.^{vii}

Nesse sentido, outras duas idéias apresentam-se nessa questão. Em primeiro lugar, o modo como, naquele momento, inventa-se a noção de entulho tal como ela é entendida nos dias de hoje. O que implica não apenas a construção de um objeto de estudo, pesquisa e controle, como também, em função disso, de uma reorganização, advinda do poder público, dos vários discursos em relação aos problemas decorrentes da presença desses restos na cidade. Em segundo lugar, o fato de que o entulho torna-se, sobremaneira, objeto de políticas públicas, passando a demandar constantes ações, campanhas e investimentos.

Por fim, como essa problemática exige um olhar atento ao conjunto da cidade, isto nos coloca diante da necessidade de discutir como o acúmulo de entulho nos terrenos baldios é

um problema que também diz respeito às atividades de trabalhadores que prestam serviços à comunidade, recolhendo e transportando esses restos. Quando, por meio das políticas públicas já referidas, a prefeitura instituiu o recolhimento de entulho nos bairros e, também, quando autorizou a participação das empresas de caçambas nesse setor, os carroceiros, por sua vez, viram-se prejudicados. Afinal, estabelecia-se uma concorrência com esses trabalhadores: serviços como podar árvores, recolher restos de construções ou capinar terrenos eram freqüentes em várias regiões da cidade; porém, para continuar a exercer tais atividades os carroceiros precisavam enfrentar, além da disputa entre eles próprios, uma acirrada competição com as caçambas, “caminhões de lixo e órgãos da Prefeitura”.^{viii} Evidencia-se aqui o modo como, nas relações vividas, imbricam-se múltiplos interesses e disputas, nos quais esses trabalhadores vêm se reduzir suas alternativas e nichos de sobrevivência por meio da exploração dos restos na cidade.

Portanto, as questões em torno do destino do lixo tendem a revelar que, apesar dos discursos de planejamento, eficiência e técnica, as soluções propostas pelas autoridades públicas não trouxeram os resultados prometidos e esperados. Isso leva-nos a refletir sobre o fato de que, a pretensa racionalidade que busca administrar a cidade não consegue dar conta da complexidade da vida urbana. Mesmo porque, segundo essa lógica de “organização”, para limpar a cidade, basta ao poder público retirar o lixo do campo de visão daqueles que não o toleram, como se isso bastasse para harmonizar as diferenças e os conflitos, que se denunciam na forma como a cidade se organiza espacialmente.

ⁱ RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: *Região*. Enciclopédia Einaud. Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Lisboa, vol. 08, 1986, p. 396-487.

ⁱⁱ Documentos da Câmara Municipal de Uberlândia, Livro de Requerimentos, N.º 442, junho a dezembro de 1981, N.º 36.

ⁱⁱⁱ Mutirão da limpeza continua nos bairros. *O Triângulo*, 20 de agosto de 1988, N.º 7.117, p. 05.

^{iv} Bairros terão mutirão de limpeza. *O Triângulo*, 02 de agosto de 1988, N.º 7.104, p. 01.

^v Modificação na coleta de lixo. *O Triângulo*, 25 de agosto de 1988,

^{vi} Limpeza já atinge grande parte da cidade. *O Triângulo*, 13 de maio de 1987, N.º 6.113, p. 05.

^{vii} Entulho: 400 toneladas nas ruas. *O Triângulo*, 14 de agosto de 1991, N.º 7.968, p. 01 e 03.

^{viii} Sobre essa categoria de trabalhadores, ver Moraes, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia, 1970-2000*. Mestrado em História, Uberlândia: UFU, 2002, p.47.